



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 72/2024

EMENTA: Dispõe sobre a autorização para a retirada do Município de Leme do quadro societário da Companhia de Habitação Popular Bandeirante - Cohab Bandeirante e dá outras providências.

AUTORIA: Prefeito Municipal.

PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO e

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunidas na Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", analisando detidamente o presente Projeto, apresenta o seguinte Relatório, o qual é também nosso voto:

1.] – Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de Autoria do Prefeito Municipal que busca a autorização Legislativa para que o Executivo Municipal possa dispor sobre a autorização para a retirada do Município de Leme do quadro societário da Companhia de Habitação Popular Bandeirante - Cohab Bandeirante e dá outras providências, que está acompanhado de pedido para que tenha sua tramitação no regime da urgência.

2.) – A pretexto, temos que a indisponibilidade dos interesses públicos impõe que estes não estejam à livre disposição do administrador, no mesmo sentido a matéria tem sido objeto de muitas análises, inclusive quanto à necessidade de autorização legal genérica ou específica e muito adequada parece ser a solução de consulta 08/00753208, constante do Relatório 902/2008, do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

3.) - Portanto, traz o projeto nos incisos III e V do artigo 3º, institutos que autorizam a realização de acordos necessários sem contudo especificá-los, além, ainda, a autorização para adotar as medidas necessárias para a transferência de bens e direito do município, o que deve ocorrer mediante leis



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

específicas, com a devida e necessária autorização legislativa, já que o poder executivo para transigir ou de renunciar, através de acordo judicial ou extrajudicial (administrativo), ainda que mais conveniente ao erário, somente é possível diante da existência de norma legal autorizativa.


4.) - Tal raciocínio nos fez crescer, através de Emenda Aditiva nº 01, o parágrafo único no artigo 3º do projeto em questão, imponho na proposta a necessidade de lei genérica com autorização legislativa.

5.) - No tocante a Comissão de Constituição Justiça e Redação estando o projeto bem redigido e devidamente instruído nada obsta que seja apreciado pelo Plenário desta Casa, razão porque emite o seu parecer **FAVORÁVEL** à sua tramitação, com a aprovação da emenda modificativa nº 01.

6.) - De outro aspecto, a Comissão de mérito entende que o projeto se apresenta de forma interessante, conveniente e necessário segundo o interesse público, já que atende os documentos que instruem a proposta, dão conta de que o interesse público está sendo privilegiado para a retirada do Município de Leme do quadro societário da Cohab-Bandeirante, de forma que a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade é de parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto em análise, merecendo ser apreciado e aprovado pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", em 07 de novembro de 2024.

Pela Comissão C. J.e R.


Lourdes Silva Camacho
Vice-Presidente


Ricardo de Moraes Canata
Presidente


Francisco Ferreira da Silva
Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Pela Comissão O.F.C.

Francisco Ferreira da Silva
Presidente

Lourdes Silva Camacho
Vice-Presidente

Ricardo de Moraes Canata
Secretário